

“Amanhã anda a roda”
natureza e sensibilidade em
Cartas de Petrópolis de Joaquim Nabuco*

“Tomorrow the wheel turns”
nature and sensibility in
Letters from Petrópolis by Joaquim Nabuco

MARINA HAIZENREDER ERTZOGUE**

*Departamento de História
Universidade Federal do Tocantins
Palmas (TO)
Brasil*

RESUMO Neste artigo, abordamos, através das “Cartas de Petrópolis” escritas, em 1886, por Joaquim Nabuco para o jornal *O País*, a temática da natureza e da sensibilidade. O ponto de partida para nossa análise são as reflexões de Nabuco sobre a devastação ambiental, o desperdício das finanças públicas e o saneamento urbano em Petrópolis no final do século XIX. Destacamos também os cronistas que coadjuvavam com o pensamento do jornalista em relação ao que podemos caracterizar por “crimes ambientais” denunciados pela imprensa da época.

Palavras-chave Joaquim Nabuco, natureza, desflorestamento, finanças públicas, cidade

ABSTRACT Based on the “Letters from Petrópolis”, written by Joaquim Nabuco to the newspaper *O País* (1885-1886), the present article discusses the

* Artigo recebido em: 27/03/2012. Aprovado em: 13/07/2012.

** Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente – CIAMB, Doutora em História pela USP, Bolsista produtividade – CNPq. Contato: marina@uft.edu.br.

theme regarding nature and sensibility. The starting point of our analysis are Nabuco's reflections concerning environmental destruction, the wastefulness of public funds and the problems related to urban sanitation in Petrópolis at the end of the 19th century. We also give emphasis to the chroniclers that shared Nabuco's line of thinking in relation to "environmental crimes" which were revealed by the press at that time.

Keywords Joaquim Nabuco, nature, deforestation, public funds, city

Quem se importa que queimem as matas em torno das cidades? Quando no Rio de Janeiro se fazem grandes queimadas, ou no Corcovado, ou na Tijuca, ou em Santa Tereza. Quem pensa nas consequências dessa devastação? Se ainda não chegamos ao período da previdência, como podíamos já estar no da arte!
(NABUCO, Joaquim. "Carta de Petrópolis", *O País*, 4 dez. 1886).

Introdução

A epígrafe que introduz este artigo, além de mostrar um aspecto desconhecido do pensamento de Joaquim Nabuco (1849-1910),¹ desvenda sua sensibilidade em relação à natureza. Nas cartas publicadas no jornal *O País*, o escritor dirigiu seu olhar à paisagem, condenando os "crimes" que empreendedores do ramo hoteleiro, movidos pela ganância, cometiam contra a natureza em Petrópolis. A surpresa para o leitor é saber que isso aconteceu em 1886. Nas "Cartas de Petrópolis", o cronista também combate o emprego das receitas públicas em obras "faraônicas" executadas pelo governo e atribui esse desperdício à inércia da população. Daí a confissão: "amanhã anda a roda", ou seja, o futuro do Brasil está entregue à própria sorte.

Na atualidade, a preocupação com a preservação do ecossistema ultrapassou as fronteiras ambientalistas. As ciências humanas agrupam-se em torno de diferentes áreas de conhecimento no maior desafio do século XXI: compreender os fatores da devastação ambiental no planeta. Os historiadores ambientais, seguindo o ponto de vista adotado por outras ciências, afirmam que a ação humana pode agravar as catástrofes ambientais. A combinação intertemporal de fatores naturais e humanos é capaz de moldar novas paisagens e de destruir os arranjos dos sistemas da natureza existentes na Terra.²

1 Joaquim Nabuco nasceu em Recife (1849). Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade de Direito em Recife (1870). Eleger-se pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1878. Em 1887 assume novo mandato. Jornalista, político, escritor e diplomata, Nabuco ocupou o cargo de embaixador nos Estados Unidos até a morte em 1910, aos 61 anos de idade. Sobre a trajetória de Joaquim Nabuco, ver: ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

2 MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume/Faculdade Pedro Leopoldo, 2007, p.23.

Marc Bloch, em *Apologia à história ou o ofício do historiador*, ensina que a produção do conhecimento histórico está em sintonia com o presente do historiador.³ Com base nessa perspectiva, justifica-se o alargamento do campo de investigação no qual se insere a história ambiental. *A ferro e fogo*, de Warren Dean, um dos estudos pioneiros sobre a temática da devastação ambiental, narra a destruição da Mata Atlântica brasileira, iniciada com a colonização portuguesa.⁴ José Augusto Pádua, em *Um sopro de destruição*, uma obra sobre o pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888), analisou as obras de José Bonifácio, André Rebouças e Joaquim Nabuco, tendo como viés a escravidão. De acordo com Pádua, a crítica ambiental em André Rebouças não chegava a ser novidade, considerando seus conhecimentos em geografia, botânica e agronomia.

Todavia, menos óbvia era a presença dessas ideias em Joaquim Nabuco, que era vinculado aos campos do direito e da filosofia política.⁵ Ao focar a questão política do uso destrutivo do ambiente natural em *O abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco, Pádua afirma que o conceito de escravidão era tão abrangente que englobava relações com o espaço físico, com os sistemas de posse de terra, com o comércio e a indústria, além de discorrer sobre o regime político e o papel do Estado. Afirma também que o discurso de Nabuco sobre a conservação dos recursos naturais não era um item isolado nas suas reflexões sobre o Brasil, razão que o leva a deduzir que a preservação das riquezas naturais não era incompatível com a indústria, com as estradas e com as lavouras, mas sim “incompatível com o imediatismo de uma elite senhorial com desprezo pelos interesses da coletividade nacional e das gerações futuras”.⁶

Convém ressaltar que Joaquim Nabuco foi tema de numerosas biografias⁷ e estudos, em que é apresentado por fases e identidades distintas: “o abolicionista”, “o católico”, “o exilado”, “o jornalista”, “o diplomata”, perfis que parecem “corresponder a pessoas diferentes, unidas apenas pelo fio biográfico”.⁸ Neste artigo enfocamos Joaquim Nabuco como jornalista, voltado à sensibilidade e à natureza. É o que se verá a seguir.

3 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

4 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

5 PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.272.

6 PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*, p.276.

7 Duas biografias com títulos idênticos tornaram-se clássicas, a primeira escrita por Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco. Cf. NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928; e VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

8 Cf. resenha do livro de ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* por JACKSON, K. David. Uma vida que se narra. *Novos Estudos CEBRAP*, n.82, p.201, 2008.

Sensibilidade e natureza em “Cartas de Petrópolis”

“A história das sensibilidades como câmara subjetiva contra a cegueira da história.” A citação de Frédérique Langue revela que a história das sensibilidades está a serviço do historiador na captura de vivências sensíveis do passado.⁹ Uma “antropologia dos sentidos”, segundo Alain Corbin, que sugere a leitura das “paisagens sensíveis”.¹⁰ O acontecer histórico e a contemporaneidade dos acontecimentos, segundo Langue, definem-se como formas de abordagens em determinados contextos e situações. Uma história das sensibilidades leva em conta também a experiência do conjunto de atores sociais e as visões de mundo, isto é, a *cultura sensível*. O “tempo do acontecimento” remete-nos a uma vivência de forma individual valorizando a experiência emocional e o desencadeamento das relações subjacentes na escala singular e coletiva.¹¹

Nas “Cartas de Petrópolis”, procuro mostrar a concepção de natureza como decorrência da sensibilidade do século XIX no “tempo do acontecimento” na escrita de Joaquim Nabuco, sem pretender esboçar sua historiografia sobejamente divulgada. Fiz um recorte para conhecer, em escala singular, o discurso do estadista sobre a natureza: “Quem pensa nas consequências dessa devastação? Se ainda não chegamos ao período da previdência, como podíamos já estar no da arte!”.¹² O tema desse comentário é o efeito visual causado pelo grotesco outdoor do hotel Orleans em Petrópolis.¹³ O gigantesco letreiro com o nome do hotel escavado grosseiramente no barro que ocupou o lugar da cobertura florestal foi objeto de ironia de Nabuco. Após lamentar o desmatamento, comentou que o exemplo seria seguido pelo concorrente que anunciaria dessa forma seu cardápio e a carta de vinhos, dilatando-se para isso imensas porções de terras desflorestadas. A questão sobre a estética da paisagem será retomada ao longo das cartas apresentadas.

Tratar da natureza na escrita epistolar de Nabuco, tema não recorrente na historiografia, permite situar a sensibilidade do narrador. Lendo suas cartas, é possível imaginá-lo em caminhadas longas por Petrópolis tropeçando no lixo e sentindo o fedor das imundícies jogadas nos córregos da cidade imperial.

9 LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo: ensaios sobre uma história cruzada das sensibilidades: Brasil-França. In: ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis. (orgs.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, p.25-26.

10 CORBIN, Alain. *Les cloches de la terre: paysages sonores et culture sensible dans les campagnes au XIXe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.

11 LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo, p.26.

12 Cartas de Petrópolis. *O País*, Rio de Janeiro, 04/12/1886.

13 A origem de Petrópolis está ligada a D. Pedro I e à fazenda Córrego Seco. De passagem pelo Caminho do Ouro, com destino a Minas Gerais, o imperador pernitoou na chácara do Padre e, agradando-se do clima, acabou adquirindo a fazenda Córrego Seco, além de outras propriedades no entorno. Em 1831, D. Pedro I abdicou do trono e regressou a Portugal; em março de 1843, D. Pedro II assinava o Decreto Imperial nº 155, por meio do qual arrendava as terras da fazenda Córrego Seco ao Major Köeler, sendo então fundada a “Povoação-Palácio de Petrópolis”.

Na primeira leitura das “Cartas de Petrópolis”, é difícil resistir à sensação de *déjà vu*. O leitor prontamente identifica-se com o clamor de Joaquim Nabuco contra os desmatamentos e suas catástrofes. Uma questão para reflexão: a partir das cartas é possível articular um pensamento crítico ambiental em Joaquim Nabuco? Ou trata-se apenas de inquietações por uma estética da paisagem?

Simon Schama diz que a nossa percepção sobre a natureza está profundamente marcada por construções estéticas e culturais que nos permitem elencar “o que ver”, o que “conservar” e “proteger”. Sendo “a paisagem obra da mente, compondo-se tanto de camadas de lembranças como de rochas”.¹⁴ A percepção sobre a natureza modifica-se no curso da história. No século XIX, predominou a visão bucólica inspirada na tradição europeia que se distingue por uma relação romântica entre homem e natureza. Nessa visão, buscava-se a descoberta e o conhecimento dos seus segredos de forma “objetiva e classificadora”. Márcia Naxara também afirma que essa descoberta era também vivenciada através da emoção. “Sensibilidade romântica que, realizava a aproximação entre ciência e estética na apreensão e representação da natureza numa visão totalizante e orgânica”.¹⁵ Joaquim Nabuco, em diversas passagens, revela-nos essa sensibilidade, não apenas por ser sensível à devastação, mas pelo contraponto que estabelece entre a modificação da paisagem na serra da Estrela e as experiências “estéticas” como vivências em um país que busca “civilizar-se” no século XIX.

Dado o exposto, estou compreendendo sensibilidade como representação da natureza através da percepção de Joaquim Nabuco “no tempo do acontecimento”, marcada por construções estéticas provenientes da visão romântica do século XIX e as inquietações do estadista pelas transformações da paisagem em Petrópolis.

Joaquim Nabuco e a imprensa

Em janeiro de 1886, Joaquim Nabuco tentou eleger-se para a Câmara por Recife, mas saiu derrotado. Em razão disso, decidiu dedicar-se ao jornalismo. Em maio, começou a publicar no jornal *O País*, a convite de Quintino Bocaiúva, onde foi colaborador até 1888. No verão, escreveu de Petrópolis, onde era hóspede de André Rebouças. Além de escrever, usufruía da companhia de diplomatas, banqueiros, políticos e de senhoras do *high life*.¹⁶

Nas “Cartas de Petrópolis”, redigidas em forma de crônica, a crítica ambiental era incisiva. Na condição de testemunha ocular, os acontecimentos

14 SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.17.

15 NAXARA, Márcia. *Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.436.

16 ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p.197.

diários da cidade eram submetidos ao seu crivo de narrador. O descaso do governo com a limpeza urbana, a devastação das florestas e o dispêndio em obras públicas inacabadas são temas de seis cartas publicadas no jornal *O País*, do Rio de Janeiro, entre 18 de novembro e 4 de dezembro de 1886.

A leitura dessas cartas deixa claro que o narrador dos acontecimentos passados em Petrópolis, a cidade de veraneio do imperador e da aristocracia fluminense, é um elo para entender a devastação ambiental não como circunstância fatal, mas algo no âmbito da longa duração onde é possível entrever a influência mútua entre sociedade e natureza.¹⁷

De modo geral, a crônica escrita para um grande jornal diário, *O País*,¹⁸ era tecnicamente um texto efêmero e despretensioso, condenado a morrer no dia seguinte, quando a atualidade do assunto já estava ultrapassada e a folha na qual vinha impressa transformava-se em papel de embrulho. Isso explica o motivo de as “Cartas de Petrópolis” terem sido esquecidas. Entretanto, a releitura dessas crônicas merece um olhar mais acurado.

A destruição pelo progresso

“Que importa ao carvoeiro as derrubadas e ao rico ou remediado proprietário do engenho de serra o estado em que ficam reduzidas nossas florestas, e conseqüentemente essa cidade, quando já aqui não houver madeiras para derrubar, serrar ou queimar?”.¹⁹ A primeira impressão fornecida pela leitura desse editorial é a de que na aproximação entre a história e as questões ambientais há um sabor de *dejà vu*; ou seja, o que hoje se escreve sobre a devastação do meio ambiente já foi dito antes.

A indagação sobre as paisagens não é um tema recente. Sendo “a paisagem elevada à dupla condição de objeto histórico e documento”, segundo Regina Horta, isso demonstra um interesse desde a antiguidade “pelo estudo das relações dos cidadãos com suas áreas verdes urbanas, como parques, jardins e ruas urbanizadas”.²⁰

Esse interesse pela relação dos cidadãos com as áreas verdes da cidade aparece no jornal *Mercantil* (1863) no editorial sobre os efeitos nocivos à saúde pela ingestão de gás carbônico em decorrência das queimadas em Petrópolis. Em meio às observações sobre a cidade, há um aviso aos viajantes recém-chegados do Rio de Janeiro que subiam a serra da Estrela: “Estão vendo a destruição do dulcíssimo clima de Petrópolis? esquivaí vosso olfato se ainda vos não apercebestes da massa ingente de carbono

17 BRAUDEU, Fernand. *História e ciências sociais*. 5 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

18 O jornal *O País* tinha uma tiragem de 24 mil exemplares.

19 *O Mercantil*. Petrópolis, 24/01/1863. O jornal *O Mercantil* surgiu, em Petrópolis em 3 de março de 1857, sob a direção de Bartolomeu Pedreira Sudré. “(O jornal) sempre defendeu causas nobres e humanitárias, como as da elevação de Petrópolis à categoria de cidade e a abolição da escravatura.” *O Mercantil* circulou até 25 de maio de 1892, quando foi transformado na *Gazeta de Petrópolis*.

20 DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.101-102.

que ensacais em vossos pulmões”.²¹ As florestas eram queimadas por carvoeiros, ou cortadas em suas entranhas por homens que levavam a madeira, com triunfos de conquistadores, às serrarias que se erguiam nas proximidades dos córregos que ainda restavam.

Não é iníquo, bárbaro, intolerável fazerem-se vastíssimas derrubadas com o só fito de se aproveitarem algumas tábuas, que entram no mercado da Corte sem serem percebidas e alguns milhares de sacos de carvão que, com aquelas e toda a sorte de madeiras de construção, poderiam ser retiradas como tem sido das vastíssimas margens do Paraíba e ainda das ricas florestas do Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina? Nessas províncias as grandes e pequenas lavouras pedem terras desafrontadas para serem roteadas; mas aqui em Petrópolis, quando mesmo o clima fosse outro, o solo é coberto em grande parte de pedras.²²

A mudança de clima registrada no editorial do *Mercantil* e a destruição de árvores de madeira de lei foi novamente tema do mesmo jornal vinte anos depois. Foice e machado continuavam devastando florestas inteiras pelo rotineiro sistema de agricultura. Todos os anos “metem-se desapiadadamente a foice e o machado nos seculares jacarandás, sucupiras, jatobás, cedros, canelas, baraúnas, aroeiras, amoreiras, consumando-se o destroço com o voraz fogo”.²³ Fazendeiros que outrora possuíam centenas de hectares de matas virgens “hoje não tem um pau que sirva para o esteio de uma pequena casa; o ferro e o fogo tudo destruíram por sua ordem; e essas soberbas florestas de outrora se transformarão em finas capoeiras ou em extensos gordurais”.²⁴ Persistindo a mentalidade predatória de apropriação dos recursos naturais, a previsão não era otimista: “Que lhe importa no presente, se para o futuro tiverem necessidade de comprar, por alto preço, para as suas construções as madeiras que já possuíram com tanta abundância?”²⁵

Em 18 de novembro de 1886, o jornal *O País* publicou a primeira carta redigida por Joaquim Nabuco, em que ele comentava as mudanças de temperatura no Rio de Janeiro e as enchentes em Petrópolis. Queixava-se de que, com o calor acima de 33°, “tentar, sob tal atmosfera, escrever ou produzir, exceto mecanicamente, é como querer escrever na sala de mais alta temperatura de algum banho turco da Europa. Cada poro da pele, dos pés à cabeça, é um conta-gotas em ação”.

Entre dezembro e março era temporada de verão. A família imperial transferia sua residência para Petrópolis; da mesma forma, a aristocracia fluminense seguia a Corte. Subir a serra, desfrutar do clima ameno das

21 *O Mercantil*, Petrópolis, 24/01/1863.

22 *O Mercantil*, Petrópolis, 24/01/1863.

23 *O Mercantil*, Petrópolis, 17/11/1886.

24 *O Mercantil*, Petrópolis, 17/11/1886.

25 *O Mercantil*, Petrópolis, 17/11/1886.

montanhas e participar das festas organizadas no *Clube dos Diários* e no Hotel Cassino tornou-se tradição. Mesmo com o fim da monarquia, a elite continuou a veranejar na cidade.²⁶

Em Petrópolis, no verão, as chuvas torrenciais e as enchentes na região serrana transformavam a cidade num caos pela falta de infraestrutura. Enquanto isso no Rio, o calor era escaldante. Para quem estivesse na serra, as chuvas transformavam-se em empecilho à locomoção. Então a dúvida: ficar no Rio ou subir para Petrópolis?

No porto de Mauá, Joaquim Nabuco encontrava os “fugitivos da insolação”, veranistas que tomavam a barca à tarde e regressavam na manhã seguinte por causa das tempestades. Em Petrópolis, pouca gente se atrevia a sair às ruas, a não ser quem tivesse notas de 10\$ disponíveis para buscar um carro à cocheira ou possuísse um par de botas para cada dia da semana. Além disso, as ruas mal iluminadas e os lampiões apagados agravavam a situação com as chuvas. Com a lama e o barro era preciso cuidado para não matar os sapos que entravam pelos salões dos diplomatas como “embaixadores” da Câmara Municipal. Sobre isso Nabuco fez uma ressalva:

Não se deve dizer mal de Petrópolis por causa da chuva: no dia seguinte tem-se uma dessas manhãs que fazem esquecer uma semana de aguaceiros, ou um luar ao qual esta cidade solitária, de salgueiros e magnólias, com os seus rios e suas montanhas, envoltas em um nevoeiro cor de perola, tem alguma coisa de um cemitério italiano e de jardim holandês.²⁷

As inundações em Petrópolis ocorriam pelo depósito de detritos nos córregos e rios. Em uma de suas cartas, Nabuco comenta o desleixo em relação à limpeza e o acúmulo de lixo em logradouros públicos “A impressão é a mais desagradável possível, ruas e praças parecem destinadas a lamaçais e monturos. O que foi atirado nelas, há oito meses, continua no mesmo lugar, ainda que não no mesmo estado”.²⁸

Na rua Bourbon depositavam-se, além do lixo, objetos de uso doméstico de toda espécie. “Podia-se ter uma ideia do que serão as escavações do Brasil daqui a século”, adiantou Joaquim Nabuco. Para o bem da saúde pública aconselhava que fossem recolhidos os resíduos do cotidiano da população. Se, por um lado, “os arqueólogos são prejudicados com a perda desses *Kjokken-modding*s, (por outro), a população ganha com a

26 Entre 1894 e 1902, Petrópolis foi sede do governo do Estado do Rio e para lá foram transferidos os funcionários públicos. A tradição continuou com os presidentes da República que também adotaram Petrópolis como a cidade de verão. Foi também residência permanente do corpo diplomático que, em razão da amenidade do clima, trocavam a capital federal pela tranquilidade da região serrana.

27 *O País*. Rio de Janeiro, 21/11/1886.

28 *O País*. Rio de Janeiro, 21/11/1886.

remoção desses interessantes destroços de raridades de cozinha e quarto de dormir”.²⁹

Na natureza nada se perde, conclui Nabuco, referindo-se aos entulhos jogados nos rios. “Toda essa louça e ferrugem, em vez de ser armazenada debaixo da terra, será conservada em baixo da água; o rio é aqui o cemitério de tudo o que alguma vez teve préstimo, tanto do reino orgânico como inorgânico”.³⁰

A verdade era que “ninguém olha para os rios de Petrópolis sem pensar no dia em que hão de fazer o leilão de toda essa água convertida em cacos”. Entre o rio que cortava a cidade havia duas fábricas de tecidos que jogavam detritos nas águas. Sobre isso o jornalista pressagiou: “Petrópolis não levará muito tempo a voltar ao seu antigo nome: Córrego Seco”.³¹

A dificuldade para reclamar da falta de limpeza urbana começava nas instâncias deliberativas. A cidade tinha quatro níveis de autoridade: a casa imperial, o governo, a província e a municipalidade. Essa sobreposição de poderes causava transtornos à população. Nabuco relata que um estrangeiro, queixando-se de que em frente da sua porta havia um burro morto, sem ninguém para removê-lo, perguntou o que devia fazer. Responderam-lhe que se informasse a que autoridade incumbia a remoção do animal e o colocasse à porta da respectiva jurisdição. Ironicamente, Nabuco comenta: “O conselho é excelente e não deve aproveitar dele somente os habitantes de Petrópolis”.³²

A indiferença da população era, porém, a razão do descaso: “Eles não se unem sequer para obrigar a municipalidade a fazer o serviço necessário”.³³ Como Petrópolis defendia-se? Tarefa difícil, pois era uma cidade habitada durante seis meses por uma sociedade estrangeira ao município, cujo interesse pela vida pública era nulo. Joaquim Nabuco não via um futuro promissor:

As causas de perversão ou atrofia social que tenho apontado não são locais, mas sim gerais, e o que se verifica sobre elas aqui se aplica a todo o território brasileiro. Falando da indiferença dos proprietários pela higiene, limpeza, conforto, e de todas as outras condições de uma boa residência, das localidades onde têm prédios, apontei a causa do abandono em que tudo cabe.³⁴

O que produziu o regime municipal senão a indiferença dos habitantes pela própria cidade, pela saúde e pela educação de seus filhos? O jornalista acreditava que a maneira para remediar essa situação não era

29 *O País*. Rio de Janeiro, 01/12/1886.

30 *O País*. Rio de Janeiro, 01/12/1886.

31 *O País*. Rio de Janeiro, 01/12/1886.

32 *O País*. Rio de Janeiro, 21/12/1886.

33 *O País*. Rio de Janeiro, 21/12/1886.

34 *O País*. Rio de Janeiro, 23/11/1886.

através do voto, mas que cabia a “cada morador nomear-se a si mesmo fiscal”.³⁵ Entretanto, a realidade era outra: um morador “indiferente à carne que consome na rua onde mora, ao ar que respira, (faz com que) todos os serviços continuem sob o regime do patronato e da gorjeta”.³⁶

O descaso em relação à limpeza tinha outra explicação. Edificada em terrenos do imperador, residência permanente do corpo diplomático e sede de parte da sociedade que representava a aristocracia do país, os gastos com o embelezamento deveriam reverter-se também para a higiene e para a conservação das obras de infraestrutura. Para Nabuco, entretanto, tratava-se de um caso de submissão ao contexto de sua origem.

Não era só a limpeza urbana que causava indignação em Joaquim Nabuco, mas também o desperdício do dinheiro público. Relatou o caso da estrada União e Indústria, construída para facilitar a povoação da cidade. A obra, que tinha custado milhares de contos de réis aos cofres públicos, estava arruinada. Antes disso, os viajantes que tinham percorrido o trajeto de Petrópolis a Juiz de Fora se encantavam com a visão daquela que era uma das mais belas paisagens do país. Prova disso são os registros nos diários de viagens. Todavia, à época de Nabuco, a estrada estava abandonada.

Esse exemplo não esgota os casos de desperdício relatados por Joaquim Nabuco, sendo exaustivo enumerar as diversas obras nas mesmas condições. Para o contribuinte, o autor conclui que o valor dos impostos não era maior porque o governo havia encontrado nos pregoeiros do crédito público de Londres, um “Cirineu para ajudar a carregar a cruz”. Mas que importância tinha isso, num país onde, de norte ao sul, lia-se a mesma inscrição: “Amanhã anda a roda?”.³⁷ “Com a escravidão, a loteria e a libra esterlina, o futuro é nosso e nunca havemos de chegar a dissipá-lo”.

Nabuco lamenta não apenas o deprecio do dinheiro público gasto em estradas inacabadas, mas, sobretudo, o sacrifício de milhares de árvores para a promoção do progresso. “A estrada de ferro, que é o terror da natureza, desenha o seu traçado sobre o verde-negro das florestas, e com ela outros grandes recortes vermelhos, menos nobres e menos úteis, desnudam as matas, que são a verdadeira roupagem do horizonte”.³⁸ O olhar “idílico” de Joaquim Nabuco mostra uma paisagem em contraste: o “verde-negro,” simbolizando a natureza, sendo sulcado pelos “recortes vermelhos” que representam as estradas para o progresso.

Na perspectiva das transformações na paisagem ao longo do tempo, Regina Horta diz: “A história das relações dos habitantes de uma cidade com sua vegetação e com as paisagens rurais em seus arredores pode

35 *O País*. Rio de Janeiro, 23/11/1886.

36 *O País*. Rio de Janeiro, 23/11/1886.

37 *O País*. Rio de Janeiro, 23/11/1886.

38 *O País*. Rio de Janeiro, 04/12/1886.

evidenciar como há uma grande historicidade nas formas como os homens plantaram e derrubaram suas árvores”.³⁹

Nabuco relatou que um dos maiores “pecados” cometidos contra a paisagem de Petrópolis foi obra do Hotel Orleans. Para a execução do outdoor do hotel no alto da serra da Estrela, o entorno de uma grande extensão de área verde fora desmatado. “Cortaram um pedaço enorme da floresta que lhe serve de fundo, e fizeram dele uma tabuleta de barro, na qual se veem 12 enormes letras deitadas como figuras colossais de gesso”. A “montanha-anúncio” foi considerada por Joaquim Nabuco um atentado para a estética do lugar.

Não se viaja nos Estados Unidos sem sofrer essa espécie de violência, mas a tabuleta do hotel *Orleans* faz pensar no monte Athos. A montanha-anúncio só tem igual na montanha-estátua, com a diferença que a última não passou de um projeto, e a outra domina o mais belo horizonte desta cidade. Só falta que algum rival do hotel *Orleans* ponha o seu anúncio em outra montanha, acompanhado da lista de vinhos e da pensão.⁴⁰

Além disso, chamava a atenção para a poluição visual, recomendando à municipalidade a proibição de cartazes no frontispício das florestas:

Essas coisas nos parecem insignificantes, porque somos uma nação nova, onde cada um faz o que quer, e não passamos do estado de meninos de colégio, que não pensam ainda em limitar a liberdade dos outros em nada, mas só expandir a própria em tudo. Se fôssemos uma nação velha, compreenderíamos a importância da luta renhida que se dá, por exemplo, na Inglaterra entre o industrialismo iconoclasta e a conservação estética. É cedo, portanto, para protestar contra a destruição da beleza natural do país.⁴¹

Nabuco previa que em pouco tempo Petrópolis perderia suas belezas naturais à medida que crescia a especulação imobiliária. A prova disso era a elevação do valor da terra: “esse é um dos piores presságios da destruição vindoura”. Considerava inútil apelar à municipalidade quando a população era indiferente à paisagem local. Enquanto nada fosse feito, “o fogo continuaria livremente a sua ação mercenária”.⁴²

Corroborando com o pensamento de Joaquim Nabuco, França Junior observou que ano após ano, o clima de Petrópolis estava mudando.⁴³ No verão de calor abafado, os cobertores de lã eram “como empregados públicos aposentados” em hotéis e casas particulares. Mosquitos e pulgas, “esses dois produtos da civilização, começam a emigrar para aqui e

39 DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*, p.102.

40 *O País*. Rio de Janeiro, 04/12/1886.

41 *O País*. Rio de Janeiro, 04/12/1886.

42 *O País*. Rio de Janeiro, 04/12/1886.

43 *O País*. Rio de Janeiro, 05/01/1885.

sentem-se bem”. “– Qual o motivo dessa mudança?” “– Não é difícil dizer” – respondeu França Junior:

Petrópolis sorria cercada de densas florestas. Cada uma delas era um laboratório de oxigênio. As casas eram em pequenas quantidades. Hoje as casas vão aumentando e as florestas diminuem. Nos lugares onde se elevavam outrora o frondoso cedro e o altivo jequitibá, onde as parasitas alastravam o chão de flores variadas, e as bromélias ornavam os penhascos por onde a linfa corria em franjadas catadupas, erguem-se hoje os chalés, pitorescas habitações do *high life*. Há pontos em que se devastam florestas para... Imaginem para quê? Para fazer carvão.⁴⁴

Uma década depois, a *Gazeta de Petrópolis* publicou três editoriais com o título “Devastação das matas”; tendo o primeiro sido publicado quatro dias depois da enchente de 12 de janeiro de 1897. Isso revela a preocupação com o desflorestamento na região serrana: “Esse fenômeno, bem como a inundação do dia 01 de janeiro de 1895, tem em nossa opinião íntima relação com a derrubada de nossas matas, que nos últimos tempos aumentou consideravelmente”.⁴⁵ Entre as causas apontadas para a destruição das florestas estava o aumento da procura de madeiras para construção civil, a falta de carvão para combustível nas fábricas e a dificuldade para o transporte de lenhas procedentes de localidades mais distantes.

Citando trechos de *Cosmos*, de Alexandre Humboldt, o editorial da *Gazeta de Petrópolis* aponta como consequências da devastação para as gerações futuras a falta de água, pois as florestas são responsáveis pelo retardamento do escoamento das águas pluviais e evitam que os rios sequem. No mesmo artigo, um alerta: “A ausência de florestas faz com que os rios, secos em parte do ano, se convertam em correntes quando chove e nada retém a água em queda pelas montanhas”.⁴⁶

O mesmo editorial afirma: “Acreditamos que é isto precisamente o que está sucedendo entre nós”.⁴⁷ Em seguida compara as enchentes antes e depois de 1895. As inundações antes daquela data eram explicadas pela topografia plana da cidade que dificultava o escoamento das águas. As enchentes depois daquele período foram atribuídas à derrubada das matas. Em razão disso, as chuvas desciam facilmente pelas montanhas e logo se encaminhavam aos rios, bueiros e valetas.

O desmatamento era feito indistintamente, cortavam-se árvores pequenas e grandes, de madeira de lei e frutíferas, arbustos e brotos. Enfim, todo o terreno era limpo. “O resultado desse sistema de derrubar matas é o que estamos presenciando: os nossos morros reduzidos a terreno estéril,

44 *O País*. Rio de Janeiro, 05/01/1885.

45 *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis, 16/01/1897.

46 *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis, 16/01/1897.

47 *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis, 16/01/1897.

unicamente coberto de samambaia e taquara, sem nenhuma utilidade para seus proprietários”.⁴⁸

Para inibir o desmatamento, o jornal *Gazeta de Petrópolis* recomendava a aplicação do Código de Posturas, mais especificamente dos artigos 105 a 109, que restringiam o corte das matas. Por exemplo, o artigo 106 proibia o corte de árvores para lenha e carvão nas coroas dos morros. O artigo 105 restringia a derrubada das matas sem licença do poder municipal, que, todavia, “não poderá negar quando se tratar de edificar ou plantar”. E, por fim, o artigo 109 que “facilita o corte de mato para lenha ou carvão, desde que não se faça derrubada geral”.⁴⁹ O jornal considerava que a regulamentação do corte das matas através do código municipal era útil enquanto não fosse adotado o Código Florestal.

“Um visconde por 15 contos”

Em uma das cartas, Joaquim Nabuco escreveu sobre a futura Igreja Matriz de Petrópolis, “um novo holocausto ao gênio da desolação e das ruínas que preside a toda a nossa edificação pública”.⁵⁰ A igreja somente contava com os alicerces e muita polêmica. Os gastos com as obras estipulados em mil contos de réis, soma exorbitante e difícil de conseguir, mesmo fazendo barões a dez contos e viscondes a quinze: “Creio que não me engano na tarifa, a todas as almas religiosas e aristocráticas, milícias espontâneas do trono e do altar, que quiserem ao mesmo tempo fazer um ato de devoção e adquirir esse título de nobreza”.⁵¹ Esse *free-trade* em títulos era uma das práticas do país na época.

Outra fonte de receita que poderia concorrer para a construção do templo era a loteria, mas contra isso argumentou que cedo ou tarde a roda haveria de parar. Enquanto isso não acontecesse, “o Brasil há de ter vexame de ser um país essencialmente lotérico”. E prevenia: “quando fechar o Mônaco Brasileiro, um dos credores da banca, encampada pelo Estado, será a igreja de Petrópolis”.⁵²

Além disso, a arrecadação pelo jogo era uma receita nada pia. Mesmo justificando-se que as loterias religiosas eram esmolas, uma espécie de dinheiro de São Pedro com prêmios, essa explicação não era convincente para os simples de espírito, considerando-se que a loteria não era a legítima sucursal da religião. Quanto aos títulos de nobreza, Nabuco ironiza: “Esses pelo menos nos familiarizaram com os nomes indígenas do país, e,

48 *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis, 16/01/1897.

49 *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis, 19/01/1897.

50 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

51 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

52 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

se o governo, depois de esgotar a geografia, (passar) a tirá-lo da zoologia nacional, a nossa instrução seria ainda mais variada”.⁵³

Uma crônica publicada por França Junior, também colaborador de *O País*, dava sequência às ideias defendidas por Joaquim Nabuco. França Junior era contra a construção da catedral e defendia o saneamento público como prioridade para Petrópolis. Para ilustrar seu ponto de vista, comenta sobre a competição entre a capital do império e Petrópolis. Na crônica, essa rivalidade aparece na forma de diálogo entre as duas cidades:

O Rio de Janeiro, disse ela, [Petrópolis] olhando para os seus largos horizontes, está iluminado a gás, uma luz que já não é para este último quarto de século! Vou dar-lhe uma lição...

E iluminou-se à luz elétrica.

Há uma coisa, porém, os leitores ignoram. É que aquela cidade que se jacta de ser tão brilhantemente esclarecida, não tem um calçamento afinado com a chama ofuscante de seus combustores. Assim iluminada e calçada, faz-me lembrar um sujeito de casaca e chinelos. Essa ideia acudiu-me apenas a propósito da nova matriz de Petrópolis.⁵⁴

Quando atravessava a rua Princesa Isabel, no canto da rua Joinville, França Junior viu pesados alicerces daquele “sonho de pedra” e exclamou: “Como é original esta cidade! Não tem iluminação”.⁵⁵ A iluminação pública em Petrópolis era feita por enferrujados candeeiros a querosene, alinhados com grandes intervalos entre si, distribuindo nos passeios uma luz pálida.

Quanto à higiene, França Junior dizia que a cidade desconhecía essa prática. Os poéticos canais, que lembravam Veneza, transbordavam com as enchentes, alagando as ruas e deixando ver, nas profundezas lamacentas, o depósito de todo o tipo de imundície que nele atiravam: “Quem tem seu cisco aqui o lança à porta do vizinho, no meio da rua, dentro do canal, onde bem lhe parece”.⁵⁶ Pois bem, continuou França Junior, “com ruas sujas, canais e imundos a exalarem cheiros, dos quais até o próprio Rio de Janeiro se envergonharia, Petrópolis quer possuir o luxo de ter um templo gótico!”.

Nem França Junior nem Joaquim Nabuco desconsideravam o efeito moral da arquitetura pública; sabiam que a igreja antiga era singela. Convinha, entretanto, ponderar que no Brasil não haveria governo parlamentar enquanto a Câmara ocupasse o prédio da velha cadeia, tendo no andar de cima uma casa de penhores. Nabuco recorda que a cidade era também colonizada por alemães: “Por haver aqui uma população protestante, não podem estar satisfeitos com o contraste da casa que fizeram para o seu

53 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

54 *O País*. Rio de Janeiro, 07/03/1887.

55 *O País*. Rio de Janeiro, 07/03/1887.

56 *O País*. Rio de Janeiro, 07/03/1887.

culto comum, como as que fizeram para a sua habitação particular. O palácio, sobretudo, não se sente bem, defronte da igreja”.⁵⁷

Nabuco sugeriu ainda que fosse erguida uma igreja pitoresca, simples e alegre, de acordo com o cenário do local. Enfim, que se adequasse à população e não alterasse a paisagem da cidade, ao contrário daquilo que era pretendido: substituir o sentimento da natureza na arte pela ostentação do dinheiro. “As construções faraônicas ou napoleônicas são demasiado caras para a nossa bolsa”, concluiu Nabuco. Aquela catedral estava destinada a ser outra obra inacabada; caso fosse concluída, haveria de ser “por uma dupla emissão de títulos de nobreza e de bilhetes de loteria, meios por certo pouco edificantes, pelo menos no sentido moral”.⁵⁸

E a roda andou...

Três anos depois das “Cartas de Petrópolis,” Alcindo Guanabara,⁵⁹ outro jornalista e político, assinante da coluna “Teias de Aranha” no jornal *Novidades*, retoma Petrópolis como tema de suas crônicas, dessa vez, porém, sob outra perspectiva. O olhar desse cronista sobre Petrópolis difere de Joaquim Nabuco e de França Junior, principalmente quando reflete sobre um momento decisivo para a nação: a proclamação da República. Tem como pano de fundo o esplendor da cidade imperial em contraste com o momento dramático por que passa a cidade do Rio. A abordagem de Alcindo Guanabara, devemos convir, é, sem dúvida, um olhar invertido sobre Petrópolis.

Enredados nos fios da teia de Alcindo estavam o império e o alto escalão do governo. A crônica “Peste e flores”, título revelador da perspicácia de Alcindo, confronta duas realidades: Petrópolis, com as festas e as batalhas das flores protagonizadas pela Corte imperial, enquanto a cidade do Rio, capital do império, com a contagem de seus mortos, vítimas da febre amarela.

Por toda parte, era de praxe que reis e ministros se unissem ao povo em situações de calamidade. Era uma forma de retribuir – com proteção – as homenagens que recebiam quando o calendário oficial impunha as alegrias do povo. Contudo, isso não acontecia na capital do império. Enquanto na cidade embaixo assistia-se à morte dos acometidos pela epidemia de febre amarela, no alto da montanha idealizavam-se as batalhas das flores. “Paiam saudades de Nice, sonha-se com galantes meias-máscaras de

57 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

58 *O País*. Rio de Janeiro, 27/11/1886.

59 Alcindo Guanabara, jornalista, político, escritor e senador da República, nasceu em Magé (RJ), em 19 de julho de 1865, e faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1918. Foi diretor do jornal *Novidades* fundado em janeiro de 1887, no qual redigiu as colunas “Notas Políticas” e “Teias de Aranha”.

veludo, através delas, brilhantes olhos pretos, vívidos, refugiados de gozos pela elegante ressuscitação de Versailles”.⁶⁰

Quando Paris foi assolada pelo cólera, o ministro da França entregou-se com tal ardor para debelar a epidemia que acabou sendo vitimado pela peste. No Brasil, pelo contrário, a Corte imperial e o ministro João Alfredo refugiaram-se em Petrópolis. Preparavam-se para as festas imperiais oferecidas pela princesa Isabel: “Em Petrópolis, os magnatas riem-se, a Corte diverte-se, o ministério alegra-se entre a decoração do Palácio de Cristal”. Alcindo Guanabara indagava: “Que importa se o povo morra, se a Corte diverte-se? Que importa senhor João Alfredo que a cidade seja dizimada? A quem recorrer para amenizar a seca e a fome na região norte?”.⁶¹

O fantasma da morte rondava nas ruas da cidade. Contabilizavam-se, em média, 150 óbitos por dia. Em sua crônica, Alcino Guanabara mostrou-se indignado: “Morre-se fulminado no meio da rua, morre-se em minutos, morre-se de súbito. Condutores de bondes despencam da plataforma, agonizantes, pobres rapazes italianos, vendedores de folhas, sentados nas calçadas para exalar o último suspiro”.⁶²

“Onde estava o governo naquele momento?” – perguntou novamente. Em Petrópolis, gozando da temperatura agradável da serra dos Órgãos, rindo na batalha das flores. “Enquanto a peste dizima a população do país, a Corte imperial segrega-se e vive na moleza consequente das noitadas bem gastas, na contemplação dos quadros vivos e nas delícias bucólicas das paisagens de Petrópolis”.⁶³

Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República e, três dias depois, D. Pedro II e a família imperial deixaram o país, exilando-se na Europa. Não sabemos dizer se as crônicas de Alcindo Guanabara repercutiram, ainda que minimamente, para a derrocada da monarquia. Petrópolis, nos traços de Alcino, não era mais a imagem idílica e bucólica da cidade imperial. Enfim, a roda andou...

Considerações finais

Consideradas como um gênero menor, as crônicas publicadas nos jornais tiveram a função de historiar seu tempo através do registro de cenas do cotidiano. E, ao cumprir essa função, vários cronistas mostraram suas preocupações socioambientais, que nós sempre achamos serem bandeiras deflagradas recentemente. Assim, Joaquim Nabuco, França Junior e Alcindo Guanabara, bem como os anônimos editorialistas de *O Mercantil*

60 *Novidades*. Rio de Janeiro, 21/02/1889.

61 *Novidades*. Rio de Janeiro, 09/03/1889.

62 *Novidades*. Rio de Janeiro, 09/03/1889.

63 *Novidades*. Rio de Janeiro, 09/03/1889.

e da *Gazeta de Petrópolis*, transitaram pelas páginas deste artigo expondo suas indignações, suas sensibilidades e, com isso, alertando seus leitores acerca das repercussões do que viam e pressupunham que iria redundar em danos.

No caso específico de Joaquim Nabuco – o personagem focado neste texto –, a leitura das “Cartas de Petrópolis” revelou um aspecto pouco conhecido do seu pensamento, qual seja, a preocupação com a natureza e a crítica ao desperdício das receitas públicas. Deixou claro que, em razão da ganância dos empreendimentos imobiliários na serra da Estrela, as florestas estavam condenadas à extinção. Ao afirmar “De um modo ou outro é preciso velar sobre as matas e as montanhas, e manter a fisionomia do lugar, que perderia todo o seu encanto, se o quiserem edificar palmo a palmo e reduzir a dinheiro tudo o que faz ainda a sua beleza”,⁶⁴ Joaquim Nabuco expressa sua sensibilidade ao antever que a exploração predatória dos recursos da natureza em nome do capital seria uma perda irreversível para as gerações futuras.

As cartas são reveladoras da preocupação do estadista com a estética da cidade. A destruição das belezas naturais da serra da Estrela e a transformação da paisagem documentada por Joaquim Nabuco mostram que a especulação imobiliária na região era praticada desde o século XIX. Através das cartas e da conjuntura política da época, é possível também concluir que as críticas feitas pelo desperdício dos recursos financeiros em obras de infraestrutura urbana, tema corrente na historiografia de Joaquim Nabuco, são reveladoras do dissabor e de certo ostracismo de Joaquim Nabuco pela ausência do Partido Liberal nas instâncias de poder naquele momento histórico.

64 *O País*. Rio de Janeiro, 04/12/1886.